



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE BIOECONOMIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO GENÉTICO

ATA DE REUNIÃO

COMITÊ GESTOR DO FUNDO NACIONAL PARA A REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS - CG-FNRB

Ata da 15ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios - CG-FNRB, realizada no dia 18 de novembro de 2024

Aos 18 dias do mês de novembro do ano de 2024, às 09:00 horas, no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, realizou-se a 15ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (CG-FNRB), sob a presidência do Sr. Henry Philippe Ibañez de Novion, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e com o comparecimento dos seguintes **membros: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)** – Carina Mendonça Pimenta (Titular); Henry Philippe Ibañez de Novion (1º Suplente) e Ana Luiza Arraes de Alencar Assis (2º Suplente); **Ministério da Fazenda** – Camila Stefaní de Sousa Silva (Titular) e Sérgio Rosa Ferrão (2º Suplente); **Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)** – Alessandro Cruvinel Fidélis (Titular) e Fabrício Santana Santos (2º Suplente); **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)** – Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata (Titular); **Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI)** – Bruno Cesar Prosdociami Nunes (1º Suplente) e Bruno Marangoni Martinelli (2º Suplente); **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)** – Amanda Bartolomeu Santos (1º Suplente); **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)** – Natália Guerra Brayner (Titular); **Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)** – Raimundo Nonato Pereira da Silva (Tata Konmannanjy) (Titular) e Maria Jane Soares Targino Cavalcante (1º Suplente); **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)** – Lidenilson Sousa da Silva (Titular) e Elizete Maria da Silva (Titular); **Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)** – Cristiane Gomes Julião (Julião Pankararu) (Titular); **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)** - Antônio Ricardo Domingos da Costa (Dourado Tapeba) (1º Suplente); **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)** – Juliano Gomes Pádua (1º Suplente); e **Secretaria Executiva (DPG/MMA)** – Fernando Araujo dos Santos (DPG/MMA), Gabriel Catanhede (DPG/MMA); Gabriel de Paula Ribeiro (DPG/MMA); Mariana Lima Henriques dos Santos (DPG/MMA); Rafael Araújo (DPG/MMA) e Thiago Zeidan (DPG/MMA). **Ouvintes:** Caroline C. Gonçalves (GSS); Cláudia de Pinho (DPCT/MMA); Matheus Silva (RDK Degravações); Rafael Porto (Marinello Advocacia); Raquel Lima (MDA); Cacique Macuco (Povo Pataxó); e Inai Pataxó (Povo Pataxó / Federação Indígena do Centro e Sul da Bahia). **I - Abertura da 15ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios – CG-FNRB.** A Presidência do Comitê, após verificação de quórum de instalação de reunião e constatando o seu atingimento, iniciou os trabalhos realizando a Abertura da 15ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios – CG-FNRB desejando boas-vindas aos presentes. **II - Instalação dos Trabalhos.** Após a instalação dos trabalhos, foi colocado em discussão o item **1. Leitura e Aprovação da Pauta da 15ª Reunião Ordinária:** Após leitura do documento, não havendo solicitações de alteração ao texto apresentado, passou-se à aprovação do texto. Votaram favoravelmente à aprovação da Pauta da 15ª Reunião Ordinária: Fabrício Santos (MAPA); Bruno Martinelli, (MCTI); Márcia Muchagata (MDS); Amanda Santos (FUNAI); Maria Jane (CNPCT); Tata Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Silva (CONDRAF); Elizete Maria (CONDRAF); Cristiane Julião (CNPI); Dourado Tapeba (Consea); Juliano Pádua (SBPC) e Carina Pimenta (MMA). A Pauta foi aprovada com 12 (doze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Passou-se então para o item **2. Aprovação da ATA da 14ª Reunião Ordinária:** O documento proposto foi apresentado aos membros do CG-FNRB no prazo regimental e não foram solicitadas alterações à proposta de ATA, assim o item foi posto

em votação. Votaram favoravelmente à aprovação da ATA da 14ª Reunião Ordinária: Fabrício Santos (MAPA); Bruno Martinelli, (MCTI); Márcia Muchagata (MDS); Amanda Santos (FUNAI); Maria Jane (CNPCT); Tata Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Silva (CONDRAF); Elizete Maria (CONDRAF); Cristiane Julião (CNPI); Dourado Tapeba (Consea); Juliano Pádua (SBPC) e Carina Pimenta (MMA). A ATA 14ª Reunião Ordinária foi aprovada com 12 (doze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Passou-se para o item **3. Aprovação da ATA da 1ª Reunião Extraordinária**: Não foram solicitadas alterações à referida ATA, assim o item foi posto em votação. Votaram favoravelmente à aprovação da ATA da 1ª Reunião Extraordinária: Fabrício Santos (MAPA); Bruno Martinelli, (MCTI); Márcia Muchagata (MDS); Amanda Santos (FUNAI); Maria Jane (CNPCT); Tata Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Silva (CONDRAF); Elizete Maria (CONDRAF); Cristiane Julião (CNPI); Dourado Tapeba (Consea); Juliano Pádua (SBPC) e Carina Pimenta (MMA). A ATA da 1ª Reunião Extraordinária foi aprovada com 12 (doze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Em continuidade aos tópicos da pauta, passou-se para **III - Ordem do Dia 4. Aprovação do Calendário 2025**. O Sr. Henry Novion (MMA) apresentou a proposta de calendário para as reuniões do GC-FNRB para o ano de 2025. Apresentadas as considerações pelos membros do CG-FNRB a proposta de calendário apresentada pela Secretaria Executiva foi colocada em votação. Votaram favoravelmente à proposta de calendário: Fabrício Santos (MAPA); Bruno Martinelli, (MCTI); Márcia Muchagata (MDS); Amanda Santos (FUNAI); Maria Jane (CNPCT); Tata Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Silva (CONDRAF); Elizete Maria (CONDRAF); Cristiane Julião (CNPI); Dourado Tapeba (Consea); Juliano Pádua (SBPC) e Carina Pimenta (MMA). O calendário de reuniões do CG-FNRB para o ano de 2025, ANEXO I da presente ATA, foi aprovado com 12 (doze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Em continuidade aos tópicos da pauta, passou-se para o item **5. Plano Operativo Quadrienal**. O Sr. Henry Novion (MMA) lembrou que ao longo do ano foram feitos esforços para discutir, elaborar e aprovar diversos documentos e manuais necessários para implementação dos recursos do FNRB e, com isso, passou a palavra a Sra. Carina Pimenta (MMA) para que fosse apresentado o **item 5.1. Balanço da implementação e programação de desembolso - Secretaria-Executiva do CG-FNRB**. A Sra. Carina Pimenta (MMA) iniciou sua fala traçando uma breve retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê destacando a reorganização dos instrumentos e a operacionalização do FNRB. Lembrou que o Comitê Gestor do FNRB busca ancorar os trabalhos em experiências de outras políticas públicas existentes tendo como meta o alcance dos recursos do FNRB aos beneficiários legalmente instituídos. A representante do MMA destacou a importância da aprovação do Manual Operacional do FNRB e do Plano Quadrienal, documentos que possibilitaram a aprovação do primeiro uso dos recursos existentes no FNRB através da abertura do Edital do Prêmio às Organizações Guardiãs da Sociobiodiversidade. Além disso, comentou sobre a relevância do projeto Enraizabio que está em sua fase inicial e servirá como base de dados para aplicação de recursos do FNRB visando o fortalecimento de diversas organizações de base nos diferentes biomas construindo uma estratégia sólida para o fortalecimento dessas organizações. A Sra. Carina Pimenta (MMA) reafirmou o compromisso da equipe na captação de recursos de diversas fontes para aportar o FNRB, entretanto, lembrou sobre a necessidade do CG-FNRB buscar soluções para as entidades implementadoras e facilitadoras desses recursos. Complementando sua fala, a representante do MMA citou algumas das oportunidades vislumbradas para captação de recursos considerando os termos existentes no Plano Operativo Quadrienal do FNRB. Por fim, foi citado o lançamento do edital para seleção do gestor financeiro do FNRB considerando a conclusão do prazo do BNDES nessa função. Destacou ainda que a expectativa é que o gestor financeiro do FNRB atue não apenas controlando o balanço geral da conta, mas também como um parceiro do CG-FNRB auxiliando com propostas para captação de recursos e estratégias de contrapartida em outros projetos. A Sra. Ana Luiza (MMA) complementou o assunto destacando que a nova Instituição Financeira Federal também auxiliará com outras ferramentas para aprimorar o processo de cobrança da repartição de benefícios integrando com o SisGen e otimizando os procedimentos já existentes tornando-os mais ágeis e permitindo melhor acompanhamento, monitoramento e transparência de todo processo. Complementando o tópico, o Sr. Henry Novion (MMA) lembrou que, devido à natureza do FNRB, por inexistir um modelo semelhante na Administração Pública, todo desenvolvimento para sua implementação e utilização estão sendo construídos a partir de zero, baseando-se nas discussões e proposições dos membros do Comitê Gestor. Tal fato fez com que a completude do Projeto Enraizabio ocorresse a partir de muitas reuniões em conjunto com a Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima em busca de soluções práticas para o desenho do projeto. O Sr. Henry Novion (MMA) explicou que, com o apoio da CONJUR/MMA, surgiu a possibilidade do credenciamento de instituições que atuem na implementação dos projetos do Fundo, fato que pode agilizar a implementação dos projetos do FNRB. Finalizando a fala dos representantes do MMA, a

Sra. Carina Pimenta (MMA) pontuou sobre a relevância do tema e sobre a importância de que o CG-FNRB discuta amplamente tal possibilidade em busca de soluções práticas e flexíveis para o uso dos recursos existentes. Aberta a palavra para contribuições dos membros do CG-FNRB, a Sra. Cristiane Julião (CNPI) manifestou-se reafirmando a necessidade de que seja amplamente discutida, dentro do Comitê Gestor, a possibilidade de credenciamento de instituições para atuarem como implementadoras do FNRB. A representante do Conselho Nacional de Política Indigenista destacou que muitas instituições ainda possuem um viés de tutela sobre os direitos e sobre o poder de decisão dos povos originários, fazendo com que, em alguns casos, os povos indígenas não figurem como protagonistas das decisões que os envolvem. Destacou ainda que é importante que o Comitê Gestor contemple entidades que possuam a sensibilidade de observar e respeitar a megasociobiodiversidade brasileira. Esclarecendo que a discussão sobre o credenciamento de instituições para atuarem como implementadoras dos recursos do FNRB ocorrerá no item 7 da pauta, o Sr. Henry Novion (MMA) retomou a discussão para tratar dos valores previstos para execução ao longo do ano de 2024. O representante do MMA explicou que o CG-FNRB havia previsto para o atual exercício o desembolso de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a primeira fase do Projeto Enraizabio e outra parcela de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para execução no ano de 2025. As peculiaridades da primeira fase do Projeto demandaram amplos esforços, em conjunto com a Consultoria Jurídica do MMA, para o desenho do Enraizabio, entretanto, tornou-se necessário um ajuste no início do calendário das ações. Dessa forma, os valores previstos para a execução no ano de 2024 não serão utilizados. Assim, o Sr. Henry Novion (MMA) propôs que a execução dos valores, relativos à 1ª fase, fosse reprogramada para ocorrer em sua totalidade no ano de 2025. Após ampla discussão e diversas considerações o item foi posto em votação. Votaram favoravelmente à proposta de reprogramação do desembolso dos recursos destinados ao Projeto Enraizabio para o segundo ano e demais atualizações do plano: Fabrício Santos (MAPA); Bruno Martinelli, (MCTI); Márcia Muchagata (MDS); Amanda Santos (FUNAI); Maria Jane (CNPCT); Tata Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Silva (CONDRAF); Elizete Maria (CONDRAF); Cristiane Julião (CNPI); Dourado Tapeba (Consea); Juliano Pádua (SBPC) e Carina Pimenta (MMA). A atualização do Plano Operativo Quadrienal foi aprovada com 12 (doze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Em continuidade aos tópicos da pauta, passou-se para o item **6. Proposta de apoio do FNRB aos Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, nos termos do Art. 33, inciso XIV, da Lei nº 13.123 de 2015.** O Sr. Henry Novion (MMA) informou aos presentes sobre a importância dos trabalhos que estão em desenvolvimento para construção do Plano Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e passou a palavra para a Sra. Cláudia de Pinho, Diretora do Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais (DPCT) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. A Sra. Cláudia de Pinho iniciou sua fala agradecendo a todos pelo espaço de diálogo sinalizando a importância da convergência das agendas que são muito próximas e permitem o trabalho em conjunto. Em sua apresentação a Sra. Cláudia de Pinho explicou sobre a origem e o funcionamento do Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), que está inserido na estrutura da Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais (SNPCT) do MMA. Citou que o CNPCT consiste em cinco Câmaras Técnicas que representam os principais eixos de trabalho sendo eles: inclusão social e infraestrutura; violação aos direitos humanos; acesso a territórios tradicionais; recursos naturais; e fomento à produção sustentável. Além disso, informou que o CNPCT tem trabalhado pela implementação do Plano Plurianual que atua como uma ferramenta para organizar as ações que já estão em curso, bem como, para suprir as lacunas de políticas públicas que podem ser implementadas e/ou valorizadas para que os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) sejam fortalecidos em diversas questões como por exemplo territórios, adaptação ao clima, estratégias da biodiversidade, combate ao desmatamento e outros. A representante da SNPCT explicou ainda os eixos temáticos e os trabalhos desenvolvidos em cada Câmara Temática do CNPCT e sobre os trabalhos desenvolvidos por uma consultoria que servirá para a produção de um documento com diretrizes gerando informação a ser utilizada para fomentar os trabalhos que ocorrerão em cinco oficinas regionais, a serem realizadas no próximo ano, e norteará as políticas dentro da estrutura governamental. Ademais, a Diretora do DPCT externou as demais ações que estão em pauta dentro da SNPCT e do CNPCT. Por fim, a Sra. Cláudia de Pinho informou que, a partir da consultoria, que será realizada pelo Instituto de Educação do Brasil (IEB) será apresentada, ao CNPCT, a proposta de metodologia para validação dentro do CNPCT. Após esse momento, serão apresentados ao CG-FNRB os dados relativos sobre os valores para execução dos trabalhos das oficinas e assim, formalizado o pedido de apoio aos Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Após a apresentação a palavra foi aberta aos membros do CG-FNRB que reconheceram a importância do trabalho realizado pelo DPCT, que busca salvaguardar os saberes, os territórios e os modos de vida dos PCTs. Além disso, reconheceram os desafios para implementação e

promoção da Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e colocaram o CG-FNRB como parceiro para implementação da referida Política. **7. Análise e Deliberação sobre proposta de Resolução que aprova as regras para o credenciamento de entidades implementadoras, por faixas de valor e perfis de expertise - Secretaria-Executiva do CG-FNRB.** O Sr. Henry Novion (MMA) iniciando sua fala o lembrou que os documentos com a proposta foram encaminhados aos membros do CG-FNRB dentro dos prazos previstos e realizou a apresentação da Resolução. O representante do MMA explicou que a proposta trata de uma alteração no Manual de Operações do FNRB de forma que esteja inclusa a possibilidade de o Comitê Gestor lançar editais convidando entidades a serem credenciadas e atuarem como entidades implementadoras dos instrumentos do FNRB. Dessa forma o Manual de Operações terá a previsão de que o Comitê Gestor possa ter uma lista de entidades, pré-selecionada e aprovada pelo próprio CG-FNRB, conforme as regras que serão definidas em edital a ser discutido e lançado no futuro. Dessa maneira, constará no edital, de forma detalhada, quais os critérios, que as entidades interessadas em participar do credenciamento, deverão atender para participarem da referida seleção. A proposta apresentada aos membros do CG prevê que tanto organizações da sociedade civil quanto instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico possam participar do edital desde que atendam aos critérios estabelecidos como área de atuação, expertise e experiência na gestão de projetos. O Representante do MMA explicou que a intenção é que, a partir desse catálogo de instituições pré-selecionadas, o CG-FNRB possa ter mais agilidade e celeridade na implementação dos instrumentos do Fundo. Além disso, o Sr. Henry Novion (MMA) destacou a importância da atualização do Manual de Operações incluindo a figura do doador de recursos ao Fundo. A medida consiste em prever a possibilidade de que tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas possam aportar recursos no FNRB, bem como apresentar propostas de projetos desde que esses estejam em consonância com os objetivos primários do CG-FNRB. Segundo o representante do MMA, a proposta apresentada pela Secretaria Executiva do CG-FNRB aponta alguns critérios para o credenciamento das entidades como: faixa de valor a ser executado; expertise com o tema que será produto da implementação do projeto; e expertise no bioma de execução do projeto. Destacou-se também que o credenciamento das instituições não será exaustivo e poderá ocorrer de acordo com a necessidade e a demanda de cada projeto aprovado para implementação pelo CG-FNRB. Por fim, o Sr. Henry Novion (MMA) apresentou em detalhes a proposta de modelo de Termo de Parceria que, quando aprovado, ficará como anexo da Resolução proposta, servindo como texto base para os futuros acordos que o CG-FNRB venha a firmar com organizações implementadoras. Realizada a apresentação do texto proposto para a resolução o item foi posto em discussão. Diversos pontos foram debatidos pelos membros do CG-FNRB especialmente no que se trata da equidade para o credenciamento de instituições sempre levando em conta a diversidade brasileira tanto de biomas quanto de guardiães e guardiões da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade. Além disso os membros do CG-FNRB debateram sobre os modelos já existentes bem como as legislações envolvidas no assunto. Após extenso debate e feitas as devidas alterações propostas o item foi posto em votação. Votaram favoravelmente à aprovação da resolução, que atualiza o Manual de Operações do Fundo Nacional para Repartição de Benefícios, incluindo o capítulo que dispõe sobre as regras para o credenciamento de entidades implementadoras do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios, bem como, aprova o modelo do termo de parceria do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios: Sérgio Ferrão (MF); Alessandro Cruvinel (MAPA); Bruno Martinelli, (MCTI); Amanda Santos (FUNAI); Natália Brayer (IPHAN); Maria Jane (CNPCT); Tata Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Silva (CONDRAF); Elizete Maria (CONDRAF); Cristiane Julião (CNPI); Dourado Tapeba (Consea); Juliano Pádua (SBPC) e Carina Pimenta (MMA). A resolução foi aprovada com 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Em continuidade aos tópicos da pauta, passou-se para o item **8. Fase 2 do Manual de Operações - Secretaria-Executiva do CG-FNRB.** **8.1. Análise e deliberação sobre a Plano de Monitoramento e Salvaguardas - Secretaria-Executiva do CG-FNRB.** O Senhor Henry Novion (MMA) iniciou o tópico retomando o histórico das discussões do Plano de Salvaguardas Socioambiental do FNRB destacando que a função do documento é balizar as ações do Fundo de forma a monitorar o tipo de impacto que elas poderão gerar permitindo com isso a mitigação desses impactos quando necessária. Passou-se então para a discussão do texto que elaborado e discutido ao longo das reuniões anteriores do CG-FNRB. Após amplo debate e aprimoramento do texto, especialmente dos itens que os membros do Comitê Gestor apontaram como essenciais, acordou-se com a formação de um grupo de trabalho, composto por membros do CG-FNRB, visando o amadurecimento do texto trabalhado até então. Ademais, os representantes do MMA ficarão responsáveis por buscar, dentro da estrutura do MMA, apoio para o desenvolvimento da matriz de risco que comporá Plano. O texto retornará a pauta da 16ª Reunião Ordinária do CG-FNRB. Passou-se então para o item **9. Prêmio das Organizações Guardiães da Sociobiodiversidade. 9.1. Status das inscrições. 9.2.**

Período de inscrições – estratégias de comunicação, ações realizadas e previstas. A Sra. Ana Luiza (MMA) lembrou aos presentes sobre o lançamento do edital do Prêmio das Organizações Guardiãs da Sociobiodiversidade que ocorreu durante a Primeira Reunião Extraordinária do Comitê Gestor do FNRB no dia 9 de outubro de 2024 e informou que, até o momento, o volume de inscrições estava abaixo do esperado. O prazo de inscrições, previsto no Edital, foi de 60 dias (de 9 de outubro a 9 de dezembro de 2024), desse modo, com cerca de 20 dias para o término do prazo, a Secretaria Executiva do CG-FNRB propôs que o Comitê avaliasse a possibilidade de prorrogação do prazo de inscrições. Seguindo sua apresentação, a Sra. Ana Luiza (MMA) detalhou como foram feitas as divulgações do site do Prêmio, pelo MMA em colaborações com outros órgãos da Administração Pública e entidades da Sociedade Civil e propôs que o CG-FNRB discutisse formas de alavancar a divulgação do Edital. Durante as discussões diversas sugestões foram apresentadas e acordou-se que: os membros atuariam junto às suas organizações potencializando o envio das informações através de canais de mensagem; a Secretaria Executiva enviaria ofícios aos órgãos da Administração Pública, com assento no Comitê Gestor, solicitando apoio na divulgação e, caso não fosse atingido o mínimo de 40 inscrições, elas seriam prorrogadas. Findado o tópico passou-se para o item **9.3. Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal Brasileiro:** A Sra. Ana Luiza (MMA) informou que a Secretaria Executiva entrou em contato com o Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal Brasileiro (Lab/SFB) e solicitou o apoio para confecção dos troféus para o Prêmio das Organizações Guardiãs. O Lab/SFB trabalha com madeiras apreendidas e já tem ampla experiência com a confecção de itens para esse tipo de evento. Passou-se para o tópico **IV. Assuntos de Ordem Geral. Informe sobre a COP 16 da Convenção de Diversidade Biológica, realizada em Cali, na Colômbia:** O Sr. Henry Novion (MMA) realizou a apresentação do tópico informando sobre os pontos considerados mais relevantes para a temática do FNRB. Dentre os temas destacou-se a criação do Fundo Cali que se trata de um Fundo Global que reunirá de grandes empresas globais que poderão utilizar esse mecanismo para repartir benefícios dos usos de sequências de DNA que estão disponíveis nos bancos de dados de informações de sequências genéticas de espécies. O tema esteve em discussão ao longo de oito anos nas COPs concluindo, durante a 16ª Convenção das Partes, realizada na cidade de Cali, Colômbia. Assim, os países terão autonomia para indicar os fundos nacionais que receberão parte dos recursos depositados no Fundo Global. O próximo passo para discussão sobre o tema é a definição de uma fórmula que levará em conta o grau de conservação da biodiversidade; presença de povos indígenas; povos e comunidades tradicionais; agricultores familiares; e endemismo. Assim, vislumbra-se uma oportunidade para que, no futuro, o FNRB receba recursos advindos do Fundo Cali. O representante do MMA destacou, entretanto, que o texto final não gera obrigatoriedade às empresas que utilizam tais informações genéticas realizarem a repartição de benefícios auferida. O Sr. Henry Novion (MMA) informou que o fundo será gerido pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) havendo a previsão de um mecanismo de governança entre os países e ainda a participação de representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais na gestão do Fundo Global. Por fim, o representante do MMA destacou que o Brasil sempre é enfático nas discussões internacionais que não basta considerar a representação de povos indígenas nas discussões, é preciso garantir que haja povos indígenas conservando a sociobiodiversidade nos territórios uma vez que esse ponto é um diferencial existente entre o Norte e o Sul Global. Dessa forma, a expectativa é que o Brasil mantenha sua posição buscando a representatividade qualificada e simétrica. A Sra. Cristiane Julião (CNPI) complementou o relato sobre o tópico destacando sobre a necessidade de fortalecimento das bases dos povos indígenas, dos povos e das comunidades tradicionais para que haja unicidade no debate em busca dos direitos dos representantes da Sul Global. Ademais, a representante da CNPI ressaltou a importância de diversas discussões que estão intrínsecas ao tema como fortalecimento das bases e definição dos povos afrodescendentes, bem como questões relacionadas à segurança alimentar dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Por fim, a Sra. Cristiane Julião apresentou seu relato sobre as questões envolvendo os oceanos, as bacias hidrográficas e os povos dos mares, bem como, as dificuldades enfrentadas tanto no que se refere à poluição quanto à soberania desses locais. Após encerradas as falas sobre a COP 16, passou-se para o item **11. Informe sobre o Edital de seleção N° 01/2024/CG-FNRB/MMA que trata da seleção e contratação de instituição financeira federal apta a administrar, realizar a execução financeira e operacionalizar o Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios.** A Sra. Ana Luiza (MMA) comunicou aos presentes que apenas uma instituição financeira federal apresentou proposta para o Edital de seleção N° 01/2024/CG-FNRB/MMA, que trata da seleção e contratação de instituição financeira federal que realizará a execução financeira do FNRB. A proposta apresentada encontra-se sob análise da Comissão de Avaliação do Edital e, estando a proposta dentro dos parâmetros estabelecidos, o contrato poderá ser firmado. Passando para o item **12. Apresentação sobre o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do**

Brasil (Pro-Manguezal) - Decreto nº 12.045, de 5 de junho de 2024: O Sr. Henry Novion (MMA), passou a palavra para o Sr. Alex Bernal, Analista Ambiental representante do Departamento de Oceano e Gestão Costeira (DOceano), vinculado à Secretaria Nacional de Mudança do Clima (SNMC), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que realizou a apresentação do Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil (Pro-Manguezal), instituído no Dia do Meio Ambiente, e que possui sinergias com o FNRB. Em sua fala o Sr. Alex Bernal (MMA) apresentou dados relativos aos manguezais destacando que esse ecossistema se encontra em grande parte do território nacional servindo como berçário para diversas espécies animais e possuindo grande diversidade biológica. Dados relativos aos últimos 15 anos demonstram uma perda significativa de aproximadamente 20% (vinte por cento) desse ecossistema, fato que impacta diretamente diversas comunidades de pescadores que utilizam esses locais como fonte de renda e alimentação. O representante do DOceano explicou como ocorreu a construção do Programa no ano de 2008, com o GEF Manguê, chegando à assinatura e publicação do Decreto 12.045 no ano de 2024. O objetivo do programa é a conservação, a recuperação, o uso sustentável da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos associados aos manguezais, considerando-se as diversas pressões sobre o ecossistema, incluindo a mudança do clima. Em seu artigo 5, o Decreto 12.045/2024 exemplifica alguns instrumentos que devem ser levados em consideração para implementação do Pro-Manguezal citando diversos fundos, dentre eles o FNRB. O Sr. Alex (DOceano) destacou que o acompanhamento da implementação do Pro-Manguezal ocorrerá através da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) e que, anualmente, serão apresentadas informações sobre a implementação do Programa ao Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e ao Comitê Interministerial de Mudança do Clima. A primeira meta prevista para o Programa é recuperar 17 mil hectares de Mangues até 2030, o que corresponde à perda ocorrida nos últimos 30 anos; implementar 10 instrumentos de gestão de espécies ameaçadas e sobre exploradas; propor a criação de seis novas Unidades de Conservação; implementar o Programa de Monitoramento da Biodiversidade; capacitar 1.500 pessoas em conservação e uso sustentável dos manguezais; e adotar 3 mecanismos financeiros para implementação de ações. O representante do DOceano explicou que atualmente está em desenvolvimento a Fase 2 do Plano de Ação do Programa onde busca-se incorporar outros atores sociais, povos e comunidades tradicionais, outros ministérios, órgãos estaduais e instituições da sociedade civil. Por fim, o Sr. Alex convidou aos membros do CG-FNRB a fazerem uma reflexão sobre formas que o FNRB pode contribuir com o Programa considerando seus objetivos em comum de valorizar e preservar o patrimônio e os conhecimentos tradicionais associados promovendo seus usos de forma sustentável. Concluída a apresentação o item foi aberto para contribuições dos membros do CG-FNRB que parabenizaram a apresentação e apresentaram alguns questionamentos sobre a implementação do Pro-Manguezal, bem como, formas de atuação do FNRB junto ao Programa. As dúvidas foram esclarecidas pela Sra. Adriana Leão, Coordenadora Geral de Conservação e Uso Sustentável do Oceano (DOceano/MMA) que detalhou como o trabalho está sendo desenvolvido na realização de oficinas para implementação do Pro-Manguezal. A Sra. Ana Luiza (MMA) passou a palavra ao Sr. Cacique Macuco, índio Pataxó presente na reunião. Em sua fala o Sr. Cacique Macuco agradeceu a apresentação e destacou a importância das falas anteriores. Destacou ainda sobre a importância dos manguezais para diversos povos indígenas que se encontram nas costas Brasileiras e relatou sobre a situação dos mangues no seu território, localizado no Sul da Bahia. Na fala do Cacique, a região sofre com a exploração imobiliária intensa e com a poluição que está destruindo o ecossistema local. Por fim, agradeceu a todos que estão trabalhando para implementação do Programa. Passou-se a palavra para a Sra. Inaí Pataxó, membro da Federação Indígena do Centro e Sul da Bahia que agrega os povos Pataxó e Tupinambá. A Sra. Inaí reforçou os pontos destacados pelos membros do CG-FNRB e pelo Cacique Macuco sobre as questões relacionadas à poluição das águas, dos mangues e da exploração imobiliária do local. Finalizado o tópico passou-se para o item **13. Palavra Aberta aos Membros:** Inexistindo contribuições. Concluiu-se com o item **14. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Presidência deu por encerrada a reunião.

Brasília, 18 de novembro de 2024.

CARINA MENDONÇA PIMENTA

Presidente do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios

ANEXO I

Calendário de Reuniões Ordinárias do CG-FNRB para 2025

| Reunião | Mês | Datas |
|-----------------------|---------|---------|
| 16ª Reunião Ordinária | Março | 19 e 20 |
| 17ª Reunião Ordinária | Maio | 14 e 15 |
| 18ª Reunião Ordinária | Agosto | 13 e 14 |
| 19ª Reunião Ordinária | Outubro | 14 e 15 |



Documento assinado eletronicamente por **Carina Mendonça Pimenta**, **Secretário(a)**, em 18/06/2025, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1876235** e o código CRC **ED371C67**.